



Enel Green Power Paranapanema S.A.

CNPJ: 23.842.003/0001-78

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Paranapanema S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Jayme Barg	Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Paranapanema S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Paranapanema S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

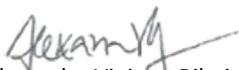
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ C92563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.642	9.874
Títulos e valores mobiliários	4	938	-
Contas a receber de clientes	5	6.039	5.270
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	6.737	6.412
Outros tributos compensáveis		59	59
Almoxarifado		953	765
Adiantamento a fornecedores		187	242
Outros créditos		252	1.404
Total do ativo circulante		21.807	24.026
Ativo não circulante			
Depósitos vinculados		-	10
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	140.921	140.540
Imobilizado	7	108.137	106.696
Intangível	8	1.509	1.551
Total do ativo não circulante		250.567	248.797
Total do ativo		272.374	272.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	11.493	11.381
Mútuo a pagar	10	-	11.232
Imposto de renda e contribuição social a pagar		317	165
Outras obrigações fiscais		265	189
Dividendos a pagar	13	5.968	20.834
Salários, provisões e encargos sociais		403	317
Encargos setoriais		602	962
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	18	4.037	2.831
Outras obrigações		2	31
Total do passivo circulante		23.087	47.942
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisões para processos judiciais	11	-	2
Total do passivo não circulante		-	2
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	163.451	158.202
Reserva de lucros		85.836	66.677
Total do patrimônio líquido		249.287	224.879
Total do passivo		272.374	272.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	14	42.674	39.552
Custo	15	(13.004)	(11.412)
Lucro bruto		29.670	28.140
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	15		
Despesas gerais e administrativas		(2.222)	(1.984)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		54	(59)
Outras receitas operacionais		180	-
Total despesas operacionais		(1.988)	(2.043)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		27.682	26.097
<u>Resultado financeiro</u>	16		
Receitas financeiras		219	428
Despesas financeiras		(857)	(1.535)
Variações cambiais líquidas		(185)	48
Total do resultado financeiro		(823)	(1.059)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		26.859	25.038
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	17		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.732)	(1.641)
Total dos tributos sobre o lucro		(1.732)	(1.641)
Lucro líquido do exercício		25.127	23.397
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	13	0,1546	0,1439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	25.127	23.397
Total dos resultados abrangentes do exercício	25.127	23.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.568	(7.898)	6.849	41.988	15.969	-	219.476
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.397	23.397
Transações com os acionistas							
Integralização de capital	-	3.532	-	-	-	-	3.532
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(15.969)	-	(15.969)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Reserva legal	-	-	1.170	-	-	(1.170)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	16.670	-	(16.670)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	162.568	(4.366)	8.019	58.658	-	-	224.879
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.127	25.127
Transações com os acionistas							
Integralização de capital	-	5.249	-	-	-	-	5.249
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.968)	(5.968)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Reserva legal	-	-	1.256	-	-	(1.256)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	17.903	-	(17.903)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	162.568	883	9.275	76.561	-	-	249.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	25.127	23.397
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	4.109	4.465
Atualização do ativo financeiro da concessão	(7.321)	(6.648)
Amortização do ativo financeiro da concessão	6.615	6.340
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(54)	59
Atualização monetária de processos judiciais	-	(1)
Provisões para processos judiciais	6	(12)
Juros sobre mútuo a pagar	672	1.479
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(715)	1.237
Depósitos vinculados	10	-
Adiantamento a fornecedores	55	(37)
Outros créditos	962	(1.567)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	112	(1.019)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.788	1.546
Outras obrigações fiscais	76	(1)
Salários, provisões e encargos sociais	86	(79)
Encargos setoriais	(360)	261
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	1.206	1.300
Outras obrigações	(27)	(1)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(3.751)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.636)	(1.655)
Pagamento de processos judiciais	(8)	(1)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.952	29.063
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(5.484)	(3.108)
Adições para ativo intangível	(24)	(19)
Títulos e valores mobiliários	(938)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(6.446)	(3.127)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	5.249	3.532
Pagamento de mútuo a pagar (principal)	(8.153)	-
Pagamento de dividendos	(20.834)	(22.910)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(23.738)	(19.378)
Varição no caixa líquido	(3.232)	6.558
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.874	3.316
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.642	9.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A usina hidrelétrica Paranapanema está localizada no Rio Paranapanema, no estado de São Paulo. A planta entrou em operação em 1957, com 31,5 MW de capacidade instalada e com garantia física de 25,17 MW.

Em 06 de novembro de 2015, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Paranapanema, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 31,5 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia firmou o contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016, com término da prestação de serviço em 05 de janeiro de 2046, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18 de setembro de 2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015. Em 25 de fevereiro de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 17 de outubro de 2046.

Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. Para o ciclo 2024/2025, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 3.353/2024 é de R\$ 37.234. Do total de sua energia assegurada, 70% deve ser comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre. No período da extensão do prazo da vigência da outorga, a Companhia disporá livremente da energia proveniente da usina, nos termos dos §4º dos artigos. 2º-A e 2º-B da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Vigente para os períodos
anuais iniciados em ou
após

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <hr/> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <hr/> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <hr/> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <hr/> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 7 – Imobilizado,

Nota 8 – Intangível,

Nota 11 – Provisões para processos judiciais, e

Nota 19 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	4.849	9.874
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	159	-
Operações compromissadas	1.634	-
Total	6.642	9.874

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e contas bancárias e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 100,25% do CDI, e o Fundo de Investimento Exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira foi remunerado a 100,25% do CDI (não tiveram CDBs remunerados em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 19).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Fundos de investimentos exclusivos</u>		
Títulos públicos	819	-
LF - Letra Financeira	119	-
Total	938	-

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,33% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024.

Estes fundos de Investimento são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2024
			de 61 a 90 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		841	-	-	841	-	841
Regime de cotas - RAG		2.998	-	73	3.071	(73)	2.998
Regime de cotas - RAG - partes relacionadas	18	506	-	-	506	-	506
Contas a receber - partes relacionadas	18	342	558	794	1.694	-	1.694
Total		4.687	558	867	6.112	(73)	6.039

	Nota	A vencer	Vencidos			Total	PECLD	31.12.2023
			de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		540	-	-	-	540	-	540
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.824	129	47	127	3.127	(127)	3.000
Contas a receber - partes relacionadas	18	914	-	-	816	1.730	-	1.730
Total		4.278	129	47	943	5.397	(127)	5.270

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(68)
Provisões	(612)
Reversões	553
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(127)
Provisões	(128)
Reversões	182
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(73)

6. Ativo financeiro – contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

A Companhia firmou em 5 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG. Conforme edital do leilão, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 132.738 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia, tendo sua contabilização embasada pelo ICPC 01, classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	146.952	146.644
Atualização ativo indenizável - revisão tarifária	-	-
Atualização financeira	7.321	6.648
Amortizações	(6.615)	(6.340)
Saldo final	147.658	146.952

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	69.808	-	-	-	-	69.808
Veículos	853	-	-	(172)	-	681
Reservatórios, barragens e adutoras	38.252	-	-	-	30	38.282
	108.913	-	-	(172)	30	108.771
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.059)	-	(2.323)	-	-	(7.382)
Veículos	(513)	-	(97)	172	-	(438)
Reservatórios, barragens e adutoras	(5.338)	-	(1.623)	-	-	(6.961)
	(10.910)	-	(4.043)	172	-	(14.781)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	393	-	-	-	-	393
Máquinas e equipamentos	8.300	5.484	-	-	(30)	13.754
	8.693	5.484	-	-	(30)	14.147
Total	106.696	5.484	(4.043)	-	-	108.137

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	69.808	-	-	-	69.808
Veículos	853	-	-	-	853
Reservatórios, barragens e adutoras	21.167	-	-	17.085	38.252
	91.828	-	-	17.085	108.913
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(2.195)	-	(2.864)	-	(5.059)
Veículos	(398)	-	(115)	-	(513)
Reservatórios, barragens e adutoras	(3.919)	-	(1.419)	-	(5.338)
	(6.512)	-	(4.398)	-	(10.910)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	393	-	-	-	393
Máquinas e equipamentos	22.277	3.108	-	(17.085)	8.300
	22.670	3.108	-	(17.085)	8.693
Total	107.986	3.108	(4.398)	-	106.696

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Depreciação

Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos da tecnologia hidráulica, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico, bem como revisou as classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, em conformidade ao Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL.

Dessa forma, as principais taxas de depreciação, são as seguintes:

Elétricos	%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,17%
Não elétricos	
Veículos	0,42%

Os efeitos da revisão das classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 1.044 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 4.043, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 5.087.

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Paranapanema S.A.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	1.518	(235)	1.283	1.342
Custo incremental	268	(42)	226	209
Total	1.786	(277)	1.509	1.551

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos são obrigatórios para que a Companhia possa realizar suas operações na CCEE.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	1.518	-	-	1.518
Custo incremental	244	24	-	268
	1.762	24	-	1.786
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(176)	-	(59)	(235)
Custo incremental	(35)	-	(7)	(42)
	(211)	-	(66)	(277)
Total	1.551	24	(66)	1.509

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>					
Direito de uso da concessão	1.518	-	-	-	1.518
Custo incremental	19	19	-	206	244
Outros	207	-	-	(207)	-
	1.744	19	-	(1)	1.762
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de uso da concessão	(118)	-	(58)	-	(176)
Custo incremental	(1)	-	(1)	(33)	(35)
Outros	(26)	-	(8)	34	-
	(145)	-	(67)	1	(211)
Total	1.599	19	(67)	-	1.551

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	3,08%
Custo incremental	5,42%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		947	40
Encargo de uso da rede		295	307
		1.242	347
Materiais e serviços		2.653	2.455
Materiais e serviços - partes relacionadas	18	7.598	8.579
		10.251	11.034
Total		11.493	11.381

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Mútuo a pagar

Os saldos de mútuo a pagar são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de mútuo a pagar são compostos da seguinte forma:

	Circulante		31.12.2024	Circulante		31.12.2023
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
<u>Moeda nacional</u>						
Enel Brasil S.A	-	-	-	8.153	3.079	11.232
	-	-	-	8.153	3.079	11.232
Total	-	-	-	8.153	3.079	11.232

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.753
Encargos provisionados	1.479
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.232
Encargos provisionados	672
Encargos pagos	(3.751)
Pagamentos / amortizações	(8.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de mútuo a pagar estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil S.A	8.153	06/07/21	06/09/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

11.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	Pagamentos	31.12.2024
Trabalhistas	2	7	(1)	(8)	-
Total	2	7	(1)	(8)	-

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Trabalhistas	16	9	(21)	(1)	(1)	2
Total	16	9	(21)	(1)	(1)	2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Trabalhistas: Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

11.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	3.631	3.113
Cíveis	248	-
Total	3.879	3.113

Os processos são de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 162.568 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%
Total	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu da sua controladora Enel Brasil S.A., o montante de R\$ 5.249 (R\$ 3.532 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), referente a integralização de capital.

12.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

12.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 21 do estatuto social da Companhia.

12.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	25.127	23.397
(-) Reserva legal	(1.256)	(1.170)
Lucro líquido do exercício ajustado	23.871	22.227
Dividendo mínimo obrigatório	(5.968)	(5.557)
Reserva para reforço de capital de giro	(17.903)	(16.670)
Total	-	-

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a constituição de reserva legal no montante de R\$ 1.170, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 5.557 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 16.670 como alocação para reserva para reforço de capital de giro.

12.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	20.834	22.218
Efeito não caixa		
Dividendos adicionais propostos	-	15.969
Dividendo mínimo obrigatório	5.968	5.557
Efeito caixa		
Dividendos pagos	(20.834)	(22.910)
Saldo final	5.968	20.834

13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	25.127	23.397
Número de ações	162.567.500	162.567.500
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,1546	0,1439

14. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Receita Anual de Geração - RAG	15.3	32.492	31.524
Receita Anual de Geração - RAG - partes relacionadas	15.3 e 18	6.056	6.096
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	15.1 e 18	6.303	4.668
Mercado de curto prazo	15.2	444	409
Atualização do bônus da concessão	15.3	7.321	6.648
Amortização do bônus da concessão	15.3	(6.615)	(6.340)
Receita operacional bruta		46.001	43.005
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(420)	(392)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(143)	(138)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(837)	(1.122)
COFINS		(1.584)	(1.480)
PIS		(343)	(321)
Total deduções da receita		(3.327)	(3.453)
Total		42.674	39.552

14.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

14.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

14.3 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Custos e despesas operacionais**

						2024
			Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo				
Pessoal		(2.382)	(365)	-	-	(2.747)
Material		(237)	(183)	-	-	(420)
(-) Capitalização dos custos de material		37	-	-	-	37
Serviço de terceiros		(1.719)	(411)	-	-	(2.130)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	18	-	(1.171)	-	-	(1.171)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.860)	-	-	-	(2.860)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.715)	-	-	-	(1.715)
Aluguéis e arrendamentos		(75)	-	-	-	(75)
Depreciação e amortização		(4.109)	-	-	-	(4.109)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	54	-	54
Provisões para processos judiciais		-	(6)	-	-	(6)
Outras receitas (despesas) operacionais		56	(86)	-	180	150
Total		(13.004)	(2.222)	54	180	(14.992)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2023**

		Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal		(1.967)	-	(2.308)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		100	-	100
Material		(291)	-	(301)
(-) Capitalização dos custos de material		35	-	35
Serviço de terceiros		(1.954)	-	(2.179)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	18	-	-	(1.204)
Energia elétrica comprada para revenda		(752)	-	(752)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.721)	-	(1.721)
Transporte de potência de energia		2	-	2
Aluguéis e arrendamentos		(34)	-	(34)
Seguros		(365)	-	(365)
Depreciação e amortização		(4.465)	-	(4.465)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	(59)	(59)
Provisões para processos judiciais		-	-	12
Outras despesas operacionais		-	-	(216)
Total		(11.412)	(59)	(13.455)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	156	424
Atualização de créditos tributários	58	-
Outras receitas financeiras	5	4
	219	428
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(672)	(1.479)
Variação monetária de processos judiciais e outros	-	1
Atualização de impostos e multas	(165)	(6)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(17)	(28)
Variação monetária	-	(21)
Outras despesas financeiras	(3)	(2)
	(857)	(1.535)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(185)	48
	(185)	48
Total	(823)	(1.059)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	52.616	49.345
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.209	3.948
Renda de aplicações financeiras	156	424
Outras receitas	180	-
Outras receitas financeiras	63	4
Total base de cálculo do imposto de renda	4.608	4.376
Alíquota do imposto de renda (15%)	(691)	(656)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(437)	(414)
Total do imposto de renda	(1.128)	(1.070)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	6.314	5.921
Renda de aplicações financeiras	156	424
Outras receitas	180	-
Outras receitas financeiras	63	4
Total base de cálculo da contribuição social	6.713	6.349
Alíquota da contribuição social (9%)	(604)	(571)
Total	(1.732)	(1.641)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

18.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2025	(5.968)	(20.834)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2025	(10.377)	(8.769)	(1.171)	(1.204)
Mútuo	Até setembro de 2025	-	(11.263)	(672)	(1.479)
Total		(16.345)	(40.866)	(1.843)	(2.683)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18.2 Empresas de controle comum**

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia					
Enel Distribuição Ceará (Coelce)	Até janeiro de 2046	104	104	1.245	1.204
Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)	Até janeiro de 2046	318	334	3.810	3.895
Ampla Energia E Servicos S.A.	Até janeiro de 2046	84	88	1.002	997
		506	526	6.057	6.096
Venda de energia - suprimento					
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2024	343	386	5.165	4.668
Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA	Até dezembro de 2024	164	164	473	-
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até dezembro de 2024	183	-	372	99
Enel Green Power Fazenda S.A.	Até dezembro de 2024	144	-	292	112
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.	Até dezembro de 2024	860	-	-	-
		1.694	550	6.302	4.879
Suporte operacional					
Enel Green Power Spa GLO	Até dezembro de 2030	(1.150)	(965)	-	-
		(1.150)	(965)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Enel Green Power Mourão S.A.	Até dezembro de 2025	23	21	-	-
Enelpower do BrasilLtda.	Até dezembro de 2023	-	(1)	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.	Até dezembro de 2023	-	(321)	-	-
Quatiara Energia S.A.	Até dezembro de 2025	179	201	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	Até dezembro de 2023	-	1	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Até dezembro de 2025	(91)	(97)	-	-
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até dezembro de 2023	-	(112)	-	(99)
Enel Green Power Fazenda S.A.	Até dezembro de 2023	-	-	-	(112)
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.	Até dezembro de 2023	-	(322)	-	-
Apiacas Energia S.A.	Até dezembro de 2025	(13)	(190)	-	-
		98	(820)	-	(211)
Total		1.148	(709)	12.359	10.764

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Venda de energia: Contrato de regime de cotas - Receita Anual de Geração – RAG, e Contratos bilaterais negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme a necessidade de capital de giro da Companhia e disponibilidade de capital da mutuante (vide nota explicativa nº 10).

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.1 Instrumentos financeiros

19.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2024		31.12.2023		
Categoria			Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		2	6.642	6.642	9.874	9.874
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado		2	938	938	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		2	6.039	6.039	5.270	5.270
Depósitos vinculados	Custo amortizado		2	-	-	10	10
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Valor justo por meio do resultado		3	147.658	147.658	146.952	146.952
Total do ativo				161.277	161.277	162.106	162.106
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado		2	11.493	11.493	11.381	11.381
Mútuo a pagar	Custo amortizado		2	-	-	11.232	11.266
Total do passivo				15.530	15.530	25.444	25.478

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 19.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro – contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga) é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

19.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

19.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii) títulos e valores mobiliários; e (iv) ativo financeiro.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.642	9.874
Títulos e valores mobiliários	4	938	-
Contas a receber de clientes	5	6.039	5.270
Depósitos vinculados		-	10
Total		161.277	162.106

(b.2) Gerenciamento de capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Mútuo a pagar	-	11.232
Dívida	-	11.232
Caixa e equivalentes de caixa	(6.642)	(9.874)
Títulos e valores mobiliários	(938)	-
Dívida líquida (a)	(7.580)	1.358
Patrimônio líquido (b)	249.287	224.879
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	-3,14%	0,60%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total das obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a obrigações de compartilhamento de infraestrutura e suporte operacional com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Mútuo a pagar	31.12.2024	%	31.12.2023	%
CDI	-	0,00%	11.232	100,00%
Total	-	0,00%	11.232	100,00%

19.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

20. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	332.084	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	n/a	100.860
Responsabilidade civil administradores	11/10/24	11/10/25	n/a	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	n/a	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

21. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

21.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(3.751)
Total	(3.751)

21.2 Conciliação das atividades de financiamento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Pagamento de mútuo a pagar (principal)	10	(8.153)	-
Pagamento de dividendos	12	(20.834)	(22.910)
Total		(28.987)	(22.910)

22. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtailment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtailment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtailment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.